Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas

III Conferência de Políticas para as Mulheres
Propostas e questões para o debate

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas

III Conferência de Políticas para as Mulheres
Propostas e questões para o debate

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS

Brasília, dezembro de 2011

Índice

Apresentação _____ 7

CONTEXTUALIZAÇÃO

Discussão 1
É tão mais complexo o que a gente está vivendo hoje _____ 11

Discussão 2
Conjunturas internacional e nacional e as mulheres_____ 15

POPOSTAS DE POLÍTICAS

Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia _____ 25

Autonomia Econômica e Social _____ 26

Educação, Cultura e Comunicação _____ 28

Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos___ 30

Enfrentamento a todas as formas de violência
contra as mulheres _____ 31

Autonomia política, institucionalização e financiamento
de políticas públicas para as mulheres _____ 33

DOCUMENTOS DE POSIÇÃO

Carta à presidenta _____ 37

Contribuições ao Plano Plurianual do governo federal
para o período 2012-2015 _____ 41

Carta Política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências
entre Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania
Alimentar, Economia Solidária e Feminismo _____ 43

CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

Saúde pública em mãos privadas:
para onde vai o SUS no governo Dilma? 55

Política Nacional de Atenção Integral à
Saúde da Mulher – PNAISM 57

Mulheres e poder: ampliar a participação
para garantir direitos 59

Lutas feministas antipatriarcais, antirracistas
e anticapitalistas – A luta feminista da AMB 63

Apresentação

O espaço das Conferências de Políticas é para nós da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) não apenas o lugar de construção e negociação de políticas públicas entre governos e sociedade, mas também um espaço legítimo de interlocução crítica entre mulheres feministas e destas com os governos sobre as políticas realmente existentes, seus efeitos e impactos positivos e negativos na vida das mulheres.

Para nós, as Conferências são também um processo político por meio do qual organizamos e negociamos com outras mulheres, de diversas organizações sociais e movimentos de mulheres, nossas demandas e prioridades frente à responsabilidade dos governos para com a redução das desigualdades.

Dada a importância que conferimos às Conferências para a luta feminista nas políticas públicas, reconhecemos que precisamos refletir mais sobre os limites destes espaços, os riscos de burocratização do movimento e de perda de sentido de ação contra hegemônica. Contudo, frente o cotidiano de desigualdades, de raça, gênero, classe, que se concretizam em cada uma das vidas das mulheres, insistimos, mais uma vez, e ainda esta vez, em atuar em defesa das mulheres na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Desde 2004, quando aconteceu a I CNPM, a AMB edita documentos de debate e orientação para ação nas etapas municipais e estaduais das Conferências e publica esta revista para a Conferência Nacional. Este número traz uma inovação em relação aos outros, mas mantém a linha editorial de apresentar na forma de textos as discussões que viemos acumulando no processo de preparação da Conferência e em nossos próprios fóruns de debate feminista e nos movimentos sociais.

A revista apresenta inicialmente dois textos de **Contextualização** desta Conferência. Na segunda parte consolida e apresenta as **Propostas de Políticas** para vários eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM. Na terceira parte apresenta **Documentos de Posição** dos quais somos autoras e signatárias e que foram produzidos ao longo deste primeiro ano do governo Dilma. E por fim traz alguns textos de **Contribuição aos Debates**, também produzidos por integrantes e militantes da AMB, como contribuição ao debate de temas relevantes para a conjuntura em que se realiza esta III CNPM. Entre estes textos estão alguns dos indicativos do II Encontro Nacional da AMB, uma contribuição de quase 900 mulheres que ali estavam presentes.

Esperamos que esta revista seja um instrumento útil nos trabalhos de grupos e plenárias, na negociação e interlocução da AMB com as delegadas de organizações de mulheres e delegadas governamentais da III CNPM.

Contamos que a leitura contribuirá com nossa formação política feminista.

CONTEXTUALIZAÇÃO

DISCUSSÃO 1

É tão mais complexo o que a gente está vivendo hoje

Silvia Camurça

Não faz muito tempo estávamos todas nós inaugurando uma nova experiência de participação com a I Conferência de Políticas para as Mulheres. Éramos muitas dos movimentos de mulheres, algumas mulheres feministas em espaços de gestão nos estados e muitas mulheres chegando ao debate sem entender direito do que se tratava.

Naquele ano de 2004, não sabíamos com segurança por onde seguir. Algumas de nós já tinha experiência e atuação em Conferências de Saúde e de Assistência Social, mas "nunca antes da história deste país", nós ou os governos, havíamos feito algo parecido com aquela Conferência: juntar, no Plano Nacional, as mais diversas expressões políticas de governos e movimentos sociais para construir diretrizes de uma Política Nacional para as Mulheres.

Na primeira Conferência, nosso objetivo principal foi aprovar uma orientação feminista para as diretrizes da Política Nacional para as Mulheres no que fomos relativamente bem sucedidas. Houve aliança entre movimentos de mulheres de orientação feminista, força política que prevaleceu no plenário, e estávamos num contexto favorável.

Conseguimos, aprovar uma concepção do que são políticas para as mulheres, fixando a ideia de que são as políticas orientadas à promoção da autonomia. Aprovamos princípios e diretrizes importantes, como a laicidade do Estado, a universalização das políticas com políticas afirmativas. E afirmamos a relevância de ter orçamento e mecanismos executivos de políticas para as mulheres, Conferências e Conselhos nos três níveis de governo.

Ali, em 2004, estávamos sob efeito positivo da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM com status de Ministério, orçamento próprio e com vinculação direta à Presidência da República. Conquistamos a almejada reformulação do CNDM, que passou a ter representantes de movimentos sociais eleitos por seus pares, ao invés de escolhidos pela presidência.

Hoje, a conjuntura em que acontece esta III CNPM é outra. Estamos em meio ao agravamento da crise internacional do sistema capitalista, crise em nome da qual cortam-se direitos

sociais ameaçando ao sistemas universais de seguridade social dos países europeus, enquanto nós estamos aqui querendo universalizar e expandir o acesso a direitos.

Estamos às vésperas da anunciada primeira reforma ministerial do Governo Dilma, com propostas e "senões" sendo colocado no debate para justificar propostas de rebaixamento do *status* das secretarias especiais, inclusive do Ministério da Mulher/SPM. Além do mais, os cortes de gastos deste ano, a possibilidade de reedição da Desvinculação das Receitas da União – DRU e a redução de orçamento para 2012 das secretarias especiais, em debate no Congresso Nacional, estão fragilizando as políticas para a igualdade e de justiça social.

No mesmo período da III CNPM o Congresso estará votando e o governo sancionando o PPA para 2012-2015, no qual as políticas para as mulheres têm apenas um programa, ao contrário do que propôs a SPM – três programas – e muito aquém do que propôs a AMB, que defendeu sete programas para enfrentar as desigualdades de gênero e raça vivida pelas mulheres, que representam um pouco mais da metade da população brasileira.

Agrava esta situação, o fato já reconhecido de que, apesar de estarmos vivendo sob o governo Dilma, primeira mulher presidenta do Brasil, não temos garantido uma orientação feminista e libertária nas políticas para as mulheres. Ao contrário, iniciativas diversas de políticas deste governo recolocam ênfase na maternidade e não nas mulheres, com uma força na abordagem materno-infantil que não víamos há muitos anos.

A proposta de políticas para as mulheres era uma novidade em 2004 para a maior parte dos municípios e estados, enquanto hoje o potencial eleitoreiro da massa de mulheres que as Conferências convocam já foi percebido e é agora explorado por muito setores da política. A orientação feminista para as políticas para as mulheres já está abertamente questionada por estes e outros setores, e a domesticação da população nos espaços de participação, como as Conferências, cresce.

Somos parte e assistimos a um fenômeno ainda por ser compreendido em suas implicações: a participação política das mulheres nas lutas sociais vai sendo substituída, para muitos setores populares, pela participação das mulheres nos espaços institucionais organizados a partir e sob hegemonia dos governos.

Se a I CNPM se constituiu num campo bastante heterogêneo de disputas de proposições entre delegados/as governamentais e da sociedade civil, a III CNPM parece anunciar que a diferença maior de posições não será entre governos e sociedade civil, mas entre a diversas perspectivas feministas sobre Estado e políticas públicas e as perspectivas antidireitos das mulheres e antifeminista.

A direita conservadora, racista, lesbofóbica e antifeminista, que

perdeu as eleições de 2010, saiu dela fortalecida e está minando e ameaçando as conquistas que alcançamos em 2004. O fez ao longo de todo o governo Lula e o faz agora no governo Dilma, com muito mais força. Se, no momento de sua campanha eleitoral de 2002, Lula recuou e cedeu espaço para propostas liberais na Carta ao Povo Brasileiro, Dilma, também na campanha eleitoral, recuou e cedeu espaço aos fundamentalistas e antifeministas com a Carta ao Povo de Deus.

Assim, mesmo tendo crescido o número de mecanismos de políticas para as mulheres nos estados e municípios, mesmo tendo-se alcançado avanços na concretização de direitos das mulheres e novas políticas para as mulheres estejam em curso, será preciso, nesta III CNPM, estarmos mais uma vez atentas e fortes na luta para garantir uma perspectiva feminista na orientação da política para mulheres e defender a institucionalização e fortalecimento dos atuais mecanismos de políticas para as mulheres.

DISCUSSÃO 2

Conjunturas internacional e nacional e as mulheres

Gilsa Helena Barcellos

Compreender a realidade das mulheres brasileiras implica compreender os aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais que determinam a realidade mais geral. Ou seja, não é possível analisar a situação das mulheres, resguardadas as suas especificidades, desconectada dos fatores que estruturam a realidade mais geral do Brasil e do mundo. Por isso, parece-nos fundamental que, antes de introduzirmos a discussão acerca da realidade das mulheres brasileiras, abordemos os eventos que marcaram o século XX e que influenciam tanto a vida das mulheres quanto à vida do conjunto da sociedade no século XXI. Entre os muitos acontecimentos que marcaram o século passado estiveram tanto à ascensão quanto o declínio do Estado de Bem-Estar Social nos países de economia central.

O Estado de Bem-Estar Social, iniciado como resposta à crise de 1929 e às sequelas deixadas pelas duas grandes guerras mundiais, teve a sua conformação mais nítida, particularmente a partir do final dos anos 40, em países europeus, quando se redefiniu o papel do Estado, rompendo com a visão liberal do século XIX. As políticas de proteção social passam a constituir a agenda principal do Estado. Entre as décadas de 1940 e 1970, diversas políticas públicas, em especial aquelas relacionadas à seguridade social, possibilitaram a melhoria das condições de vida de uma parcela expressiva tanto da população européia quanto da norte-americana. Esta última, em razão do forte investimento dos Estados Unidos na indústria bélica, contou com políticas sociais mais tímidas.

Nos países latino-americanos, o Estado de Bem-Estar Social não se consolidou, prevalecendo à ideia liberal de Estado, onde as políticas sociais foram destinadas àqueles que estavam fora do mundo do trabalho: indigentes, inválidos, entre outros.

Nos anos de 1970, iniciou a maior crise vivenciada pelo capitalismo desde a sua existência, o que Ernest Mendel denominou de "crise estrutural do capitalismo". Este acontecimento determinou o declínio do Estado de Bem-Estar Social e irá afetar tanto a Europa quanto os Estado Unidos, comprometendo as políticas públicas/

sociais até então conquistadas. Apesar de a América Latina não ter vivido o Estado de Bem-Estar Social, ela sentiu os baques da crise de 1973, levando os seus governos a reduzir aquilo que já era quase inexistente no campo das políticas públicas. Como resposta à crise do capitalismo ganha força à ideia de um Estado com contornos liberais. No entanto, por ser um contexto diferente daquele que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, novos elementos são incorporados a essa noção de Estado, que foi denominado de Estado neoliberal.

O Estado neoliberal é uma reedição do Estado liberal adequada à realidade contemporânea. Nele, prevalece o propósito de que a relação capital x trabalho se autorregula pela lei da oferta e demanda, prescindindo-se, portanto, da participação estatal na economia e nos serviços estatais (Estado mínimo), aplicando-se políticas de privatização de empresas estatais e de livre circulação de capitais internacionais com ênfase na globalização e na abertura da economia para a entrada de multinacionais, onde a base da economia deve ser formada por empresas privadas, com desburocratização das leis e regras econômicas e redução do tamanho do Estado. Dessa forma, houve um refluxo da presença do Estado na economia e na produção de políticas públicas voltadas ao interesse daqueles que compõem a maioria da população.

No Brasil, no final dos anos 80, o neoliberalismo chegou atropelando conquistas expressas na Constituição Federal de 1988. Na década de 1990, brasileiras e brasileiros presenciaram a entrega do patrimônio público à iniciativa privada e o aprofundamento da privatização da educação, reduzindo a presença do Estado nessa área, dando lugar ao aparecimento de grandes grupos empresariais. A educação foi transformada em um negócio bastante rentável. Também pudemos presenciar a precarização da saúde pública brasileira, levando a um processo de revitimização de uma grande parcela da população dependente dos serviços de saúde, particularmente as mulheres.

É nesse contexto que ocorre a eleição do governo Lula. Lula se elege com uma proposta de enfrentamento ao Estado Neoliberal, no entanto, com o passar dos anos, particularmente no seu segundo mandato, o seu programa de governo incorporou elementos neoliberais, resultando num governo permeado por fortes contradições, embora seja consenso entre as mulheres brasileiras que foi no governo Lula que mais se avançou na elaboração e na implementação de políticas públicas para mulheres.

A eleição de Dilma representou, sem dúvida, um avanço do ponto de vista político-cultural da sociedade brasileira, por compreender a possibilidade de mulheres assumirem espaços de poder. Mesmo que muitos atribuam a Lula a eleição de Dilma, não se pode desconsiderar que o fato de ser mulher poderia ter impedido a sua eleição caso prevalecessem às ideias machistas. É fato que as tentativas de

desmoralização da candidata orientadas por posicionamentos lesbofóbicos, conservadores acerca do papel da mulher foram ecoadas pela grande mídia e por parcelas das igrejas, setores esses aliados explícitos dos candidatos adversários. Felizmente, prevaleceu a noção de que a hipocrisia moral deve ser combatida e é maléfica aos direitos humanos e à equidade de gênero.

No entanto, o fato de termos uma presidente eleita pela maioria da população, inclusive pelas mulheres, não significa que seja intrínseco ao seu governo compromissos com os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Observamos contradições ainda mais acentuadas que no governo Lula, a exemplo da questão ambiental, que tem sido objeto de conflito entre os movimentos sociais e o governo Dilma, que, em nome do desenvolvimento, tem negligenciado, de forma explícita, direitos socioambientais de inúmeras populações locais que vivem nas regiões onde estão sendo construídas grandes obras de infraestrutura, tais como as diversas barragens das usinas hidrelétricas. No mais, presenciamos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES investindo privilegiadamente no econômico (grandes empresas multinacionais têm sido beneficiadas pelos financiamentos do BNDES) em detrimento do social. São baixos os investimentos públicos na educação, na saúde e nas políticas públicas de forma geral, ganhando força programas de "proteção social" como é o caso do Bolsa Família. A reforma agrária, defendida, incansavelmente, pelo MST, tem dado lugar ao agronegócio, que cada vez mais se apropria de terras para garantir a produção em grande escala para exportação.

À violência urbana, expressão da questão social cada vez mais aprofundada no Brasil, o Estado tem respondido com a repressão, ignorando as suas causas reais. Cada vez mais, o narcotráfico, a bala perdida e a dependência química tornam-se acontecimentos do cotidiano da maioria da população que vive nos grandes centros urbanos. Cada vez mais a configuração urbana é forjada pela desigualdade social, aprofundando as demarcações das fronteiras entre ricos e pobres. O mundo do trabalho, cada vez mais automatizado, reduz o valor do trabalho levando à redução de salários e à instabilidade frequente daqueles que trabalham. O trabalho temporário, a terceirização e a quarteirização da mão de obra atualizam relações existentes no período colonial: trabalhadores e trabalhadoras precisam trabalhar cada vez mais para conseguir um salário que lhes dê condições mínimas de autosustentação e de suas famílias. O mundo nunca esteve tão competitivo e as pessoas nunca trabalharam tanto com tão baixos salários e muitos sem direitos sociais e trabalhistas garantidos. As pessoas têm menos tempo de convivência familiar. Vivemos em um tempo traduzido pelo ditado popular "se correr o bicho pega. Se ficar o bicho come". A desigualdade social no Brasil se aprofunda a cada dia e cada

vez mais a população demanda por políticas públicas que, ou inexistem ou estão precarizadas.

A resposta do Estado brasileiro à resistência ao aprofundamento do projeto neoliberal e à exploração capitalista tem sido dada de diversas formas: além da repressão, observamos o processo de criminalização dos movimentos sociais no Brasil. Parcelas do Poder Judiciário e Legislativo têm cumprido um papel estratégico na luta de classes, quando condenam movimentos, lideranças e trabalhadores e trabalhadoras ao pagamento de multas, à prisão, à CPIs, entre outras medidas que visam retirar esses sujeitos da luta política.

E como estão as mulheres brasileiras dentro dessa realidade?

As mulheres são especialmente atingidas pelas consequências do processo de globalização econômica e do neoliberalismo. Somos hoje a maioria da população brasileira: segundo dados do Dieese (2011), somos 98.439 milhões, sendo 49.162 milhões negras, 49.037 não-negras e 213 mil indígenas. Somos 20.322 milhões na faixa etária entre 30 e 49 anos, ou seja, mulheres que compõem a População Economicamente Ativa – PEA brasileira.

O mundo do trabalho visto por alguns autores como a possibilidade de construção da emancipação da mulher, subordina cada vez mais mulheres a um nível de exploração que nos faz lembrar a Revolução Industrial na Europa. Por terem sua mão de obra menos valorizada, as mulheres submetem-se à extensa e a várias jornadas de trabalho. Precisamos trabalhar mais para ganhar o mínimo necessário à nossa subsistência. Nesse mundo marcado por variadas formas de subordinação, destaca-se a situação das mulheres negras, pois estas trabalham mais e ganham menos, ocupando assim a base da pirâmide salarial brasileira. Elas possuem uma renda mensal de R$ 558,00, enquanto homens brancos tem uma renda mensal de R$1.534 (DIEESE, 2011), ou seja a renda mensal média masculina não-negra é três vezes maior do da mulher negra. Neste interregno, estão às mulheres brancas, que ganham em média R$1.035,00, e os homens negros, que ganham em média R$ 839,00. Esses dados revelam que a subordinação de raça pode ser ainda mais perversa que a subordinação sexual.

Repercutindo o que foi constatado já na Conferência Mundial de Mulheres de Beijing (1995), devido ao processo da globalização econômica, à destruição ambiental e à baixa valorização da força de trabalho feminina, está em curso no mundo, a feminização da pobreza, sendo as mulheres negras a maioria entre os pobres no mundo. Mesmo integrando o mundo da produção (mundo do trabalho) não nos desvencilhamos do trabalho doméstico, ou seja, da responsabilização pela criação e educação dos nossos filhos, pela casa, entre outros afazeres domésticos. Os homens, definitivamente, recusam-se a dividir o trabalho

doméstico, e as mulheres continuam tomando para si a responsabilidade pelo mundo da reprodução. Somos, na atualidade, provedoras principais de 35,2% dos lares brasileiras, ou seja, temos 10.641.456 mulheres chefes de família, sendo que, quando analisamos as regiões metropolitanas brasileiras, esse percentual sobe: as mulheres chegam a chefiar 40,6% das famílias ali residentes (DIEESE, 2011).

Também somos aquelas mais presentes nos bancos escolares, do primeiro ao terceiro grau. No entanto, mesmo com escolaridade superior a do homem, continuamos ganhando menos do que ele pelo mesmo trabalho realizado. Segundo dados do Dieese (2011), 52,5% dos homens com 15 ou mais anos de estudo recebem cinco salários-mínimos ou mais, enquanto apenas 27,7% das mulheres na mesma faixa de escolaridade atingem essa faixa salarial, revelando que o aumento do nível de escolaridade facilita o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, mas não lhes garante equidade salarial com os homens.

Mesmo quando adquirimos autonomia financeira, continuamos vitimadas pela violência: as mulheres permanecem vítimas de violência doméstica e sexual. A Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, representou um grande avanço no campo das políticas públicas e tem sido uma forte aliada no combate à violência contra mulheres. No entanto, há uma carência de serviços necessários à implementação da Lei, o que tem comprometido substancialmente a sua eficácia. Por isso, presenciamos cotidianamente na imprensa falada e escrita mulheres sendo assassinadas, mutiladas ou humilhadas, sob o olhar de muitos governantes e gestores que assistem a situação sem tomar iniciativas que poderiam reduzir a produção de um fenômeno tão perverso à vida das mulheres.

Presenciamos iniciativas governamentais de uma suposta "valorização do papel da mulher" dentro da família, a exemplo das mulheres responsáveis pelo Programa Bolsa Família e por outras políticas de proteção social. Todavia, desconsidera-se que essa valorização produz uma sobrecarga ainda maior para as mulheres, reforçando assim, a desobrigação dos homens com o cuidado da família e com as funções domésticas. Nesse contexto de sobrecargas, as mulheres adoecem cada vez mais jovens. No Brasil, as principais causas de morte da população feminina foram identificadas pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2004).

As principais causas de morte da população feminina no Brasil são as doenças cardiovasculares, destacando-se o infarto agudo do miocárdio e o acidente vascular cerebral; as neoplasias, principalmente o câncer de mama, de pulmão e o de colo do útero; as doenças do aparelho respiratório, marcadamente as pneumonias; e as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, em especial a diabetes, e as causas externas (BRASIL, 2004, p. 16-17).

Segundo Milena Piccolin (2008), o padrão de morbimortalidade encontrado entre as mulheres brasileiras revela uma realidade na qual convivem doenças típicas dos países desenvolvidos (cardiovasculares e crônico-degenerativas) com aquelas do mundo subdesenvolvido (mortalidade materna e desnutrição). "Essa mistura de doenças segue as diferenças de desenvolvimento regional e de classe social". (PICCOLIN, 2008, p.30).

Entre os problemas de saúde estão o alcoolismo e o tabagismo. Há 20 anos, a proporção era uma mulher alcoolista para cada dez homens. Hoje a proporção é de uma para três. No Brasil, o número de mulheres dependentes do álcool aumentou nas últimas décadas, conforme indica o "I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira". A pesquisa investigou em detalhes como o brasileiro bebe e mostrou que, em duas décadas, a proporção de mulheres entre a população alcoólica passou de 10% para 30% (OLIVEIRA, TONONI, 2011).

Apesar do registro de redução entre os números de fumantes de uma forma geral no Brasil, segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), a redução de fumantes entre as mulheres no país é menor em relação aos homens. A OMS afirma que a indústria do cigarro tem investido de forma significativa para atrair o público feminino e jovem e, lamentavelmente, o resultado aparece em levantamentos como o destacado pelo INCA, que revela que o câncer de pulmão é o segundo tipo de doença que mais mata as mulheres no país, perdendo apenas para o câncer de mama (GONCALVES citado por OLIVEIRA, TONONI, 2011, p. 18)

Verifica-se também um processo de feminização da AIDS no país. Em 1986, a razão era de 15 casos de AIDS em homens para cada caso em mulheres. A partir de 2003, a cada 15 casos em homens passaram a existir 10 em mulheres (BRASIL, 2009). Entre homens, a taxa de incidência em 2007 foi de 22 notificações por 100 mil habitantes, e nas mulheres, de 13,9. Em ambos os sexos, as maiores taxas de incidência se encontram na faixa etária de 25 a 49 anos. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), essa taxa apresenta tendência de crescimento a partir dos 40 anos em homens e dos 30 em mulheres, quando comparado o ano de 1997 com 2007 (OLIVEIRA; TONINI, 2011).

Com relação ao aborto: "Anualmente 515 mil mulheres morrem por complicações da gravidez, aborto, parto e puerpério. 99% das mortes maternas ocorrem em países em desenvolvimento". Estes são dados divulgados pelo Dossiê de Mortalidade Materna (REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS, s/d, p. 5). Sabemos que no Brasil mulheres de todas as classes sociais praticam o aborto, no entanto, das mulheres que morrem ou ficam com sequelas a maioria é pobre e não pode pagar

pelos serviços oferecidos nas clínicas clandestinas.

No mais, o alto índice de câncer de mama e de colo de útero revela que fatores alimentares articulados ao estresse cotidiano têm levado mulheres à morte. Também estamos mais propensas à hipertensão arterial, às diabetes, à obesidade, doenças que têm como uma das principais causas o estresse. Mulheres pobres dos grandes centros urbanos têm disputado os seus filhos com o tráfico de drogas. Muitas, por não poderem cuidar da prole porque têm que sair para trabalhar, são culpabilizadas e culpabilizam-se pela dependência ou morte de suas/seus filhas/os. Presenciamos na atualidade estratégias discursivas vindas de entes do Estado e da sociedade civil responsabilizando mulheres pela desestruturação familiar. No entanto, tais sujeitos não explicam porque mulheres que têm que trabalhar para sustentar suas famílias não dispõe de políticas públicas, como creches, por exemplo, ou escola de tempo integral para deixar as/os suas/seus filhas/os. Afinal, de quem é a verdadeira responsabilidade pela negligência aí posta? O discurso dominante diria: "a culpa é sempre das mulheres".

Neste movimento complexo em que se revelam as diversas facetas da opressão sexual, mulheres lésbicas continuam sendo vítimas de violência e discriminação. Mesmo com alguns avanços jurídicos no reconhecimento da união civil entre homossexuais, setores de igrejas e parlamentares conservadores continuam disseminando a homofobia e a lesbofobia. Quantos e quantas, no Brasil, continuam vítimas de violência por intolerância à sua orientação sexual?

Não podemos subestimar a capacidade do capitalismo em transformar tudo em mercadoria: transformou a água, o ar, a terra e nossos corpos em mercadoria. Mulheres são reproduzidas como objeto de venda e de consumo. E nessa onda, impõem-se e reafirmam-se padrões de beleza às mulheres, o que tem contribuído para aumentar a discriminação étnica e racial contra mulheres que fogem ao ideário veiculado e vendido na mídia.

Diante de tantas violências as mulheres lutam, marcham, gritam, aliam-se e organizam-se em diversas frentes: movimentos específicos e mistos. Na atualidade, mulheres negras, indígenas, quilombolas, jovens, idosas, urbanas, camponesas e sem terra, trabalhadoras e trabalhadeiras, lésbicas, com deficiência, com HIV, entre muitas outras, ocupam as ruas para gritar por seus direitos, pela garantia de políticas públicas que visam à equidade de gênero e à defesa dos direitos humanos das mulheres. Transformamos o mundo diuturnamente nas pequenas e grandes coisas que fazemos; com nossas poesias, músicas e discursos inflamados; choramos e sorrimos como expressão de dor e de alegria e alimentamos não só o mundo, mas a nossa utopia de um dia sermos consideradas não mais como cidadãs de segunda classe, mas como sujeitos imprescindíveis.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS

Propostas de políticas

O conjunto de propostas a seguir apresentadas são resultados de um escolha entre as muitas proposições que nós integrantes da AMB viemos debatendo e construindo coletivamente e, muitas vezes, em colaboração com companheiras de outras organizações e movimentos de mulheres no Brasil, em especial nos espaços das Conferências de Políticas ao longo do governo Lula e nestes primeiros meses do governo Dilma.

São propostas que na AMB alcançam um forte consenso embora estejam longe de ser unanimidade no feminismo brasileiro. Todas as propostas guardam uma forte identidade política com o feminismo da AMB por conta da formulação adotada para traduzir demandas coletivas das mulheres em propostas de políticas públicas com perspectiva feminista.

ENFRENTAMENTO DO RACISMO, SEXISMO E LESBOFOBIA

Na II CNPM aprovamos, com um esforço redobrado de negociação, um novo eixo para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que veio a ser o eixo 9. Com esta deliberação aprovada a II CNPM afirmou que cabe às políticas para as mulheres não apenas atender as mulheres e promover sua autonomia como também enfrentar o racismo, o sexismo e a lesbofobia que imperam nas práticas sociais e promovem a desigualdade também entre as mulheres.

O enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia na vida das mulheres, impõe ao Estado um duplo desafio: reconhecer demandas específicas das mulheres negras, índias e lésbicas, e, ao mesmo tempo enfrentar a articulação de múltiplas dimensões da desigualdade na vida de todas as mulheres.

Prioridade para o governo Dilma: conferir prioridade estratégica às políticas de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia reconhecendo-as como políticas de Estado que concretizam as responsabilidades de governos democráticos na consolidação de valores igualitários e uma cultura de direitos na sociedade brasileira.

Propostas e prioridades

- Fortalecer as estruturas do Ministério da Mulher/SPM e SEPPIR efetivando seu caráter e poder de ministérios do governo federal;
- Incorporar o princípio da ação afirmativa em todos os órgãos da administração pública e nas organizações a eles vinculadas;
- Incluir as desigualdades de gênero e raça e o combate à lesbofobia entre os conteúdos dos programas de formação de gestores/as.

AUTONOMIA ECONÔMICA E SOCIAL

Igualdade no mundo do trabalho e desafios do desenvolvimento sustentável
Grupo de Trabalho 1 da III CNPM

A conquista da autonomia econômica é importante para nós mulheres porque nos permite sair da situação de dependência e privação em que muitas de nós se encontram. É importante para nos dar condições objetivas para romper ciclos de violência doméstica, para conquistar a liberdade de decidir sobre os rumos que queremos dar a nossas vidas, para crescer em autoconfiança e em autoridade no contexto das nossas famílias.

Contudo, nos dias presentes, mesmo com o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e com o dinamismo do crescimento da economia capitalista alcançado nos anos recentes em nosso país, a autonomia econômica das mulheres está longe do horizonte de muitas de nós e a desigualdade entre as mulheres no mundo do trabalho cresce em função do racismo.

Apontamos como prioridades para o governo Dilma:

- Avançar na direção da igualdade de oportunidades para todas as mulheres no mundo do trabalho, com redução da dupla jornada de trabalho, ampliação do acesso das mulheres à proteção social, redução das desigualdades salariais entre homens e mulheres e entre as mulheres negras e brancas e promoção do reconhecimento do valor social do trabalho doméstico;
- Implantar a Política Nacional de Economia Solidária, com suas diretrizes, princípios e objetivos aprovados nas I e II CONAES, tomando esta política como uma política de desenvolvimento sustentável, de caráter perene, com participação democrática comunitária e popular, não relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório.

Propostas de políticas prioritárias para o Eixo 1 do PNPM

Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social

- Permanência e consolidação da política de valorização do salário-mínimo;
- Estabelecimento de política de cota mínima para emprego feminino como contrapartida das empresas aos benefícios fiscais concedidos pelos organismos governamentais de fomento ao desenvolvimento econômico;

- Garantia de acesso à seguridade social (saúde, assistência e previdência social) como direito universal que precisa ser garantido também à população trabalhadora dos empreendimentos econômicos solidários, na condição de segurado especial, contemplando as especificidades do público do cooperativismo social;
- Novas medidas de inclusão previdenciária que avancem na direção da universalização do acesso das mulheres ao benefícios da previdência social.

Propostas de políticas prioritárias para o Eixo 6 do II PNPM

Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar

- Conferir prioridade a políticas que promovam e garantam o direito à formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade, como modelo de desenvolvimento;
- Fortalecimento e mais investimentos públicos nas políticas e ações de governo em favor da organização produtiva das mulheres, no campo e na cidade, no marco da economia solidária;
- Atuar para o fortalecimento da estrutura do MDA e do INCRA garantindo mais investimentos nas políticas de apoio à agricultura agroecológica familiar e camponesa;
- Adotar e promover medidas de garantia do direito de livre acesso das mulheres aos bens comuns da natureza – rios, marés, matas e florestas – fonte de trabalho para o autosustento de milhões de mulheres;
- Garantir o reconhecimento e desintrusão de territórios quilombolas especialmente aqueles territórios onde trabalham mulheres quebradeiras de coco babaçu;
- Assegurar uma política de fomento ao uso de defensivos agrícolas naturais, em substituição ao uso de agrotóxicos, com apoio à estudos e pesquisas.

Propostas para o Eixo 7 do II PNPM

Direito a terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais

- Conferir prioridade à reforma agrária como estratégia de desenvolvimento democrático, justo e sustentável, difundido informações e efetivando o direito de

acesso a terra e aos bens comuns da natureza para as mulheres;

- Efetivar uma política nacional de creches com gestão pública, implementada em parceria entre os três níveis de governo – federal, estadual e municipal – alcançando o campo e a cidade, com funcionamento em horário integral e por todo o ano;
- Fim dos despejos forçados em territórios de grandes obras do PAC e política de moradia, no campo e nas grandes e pequenas cidades, com aceso universal à saneamento e infraestrutura social (creches, centros de convivência de idosos, restaurantes populares).

EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO

Democráticas e não discriminatórias
Grupo de Trabalho 2 na III CNPM: Autonomia Cultural

O sistema de comunicação de massa no Brasil está sob controle de nove famílias que decidem, em consonância com a ideologia do poder econômico, toda a grade de programação cultural e de geração de consumo que dominam o espectro. Considerando que rádio e TV são concessões públicas reconhecemos, portanto, que o Estado é responsável pelo que é veiculado através destes meios.

O sistema de educação no país ainda é fragmentado apresentando inúmeros problemas da educação básica ao ensino superior e em relação à educação infantil. No presente sofre ataques ao princípio da laicidade e avança muito timidamente no enfrentamento das discriminações e preconceitos no processo pedagógico.

Apontamos como prioridade para o governo Dilma:

- Adoção de medidas de regulação democrática pelo Estado sobre a estrutura do sistema de comunicações, a propriedade dos meios e os conteúdos veiculados, de forma que estes observem estritamente os princípios constitucionais do respeito aos direitos humanos;
- Organização e institucionalização de um Sistema Nacional de Educação, que promova, de forma articulada, em todo o país, o regime de colaboração entre os entes federados, o financiamento, acompanhamento e o controle social da educação; bem como assegure qualidade e a função social da educação e das instituições

educativas, ou seja, a educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade;

- Universalização do acesso, a ampliação da jornada escolar e a garantia da permanência bem-sucedida para crianças, adolescentes, jovens e adultos/as, em todas as etapas e modalidades.

Propostas para o Eixo 2 do II PNPM

Educação inclusiva, não-sexista, não-racista e não-homofóbica

- Incluir conteúdos relativos às desigualdades sociais e relações de gênero, racismo e direitos sexuais na educação formal e articular com as experiências de educação popular e cidadã realizadas pelas mulheres, incorporando-as como políticas públicas;
- Implementar a Lei 10.639/2003 (que institui o ensino de História e Cultura da África e dos Afro-Brasileiros/as nas escolas da rede pública e privada) e a Lei 11.645/2008 (que trata da educação indígena) revendo os materiais didáticos e promovendo a devida formação das/os professores/as, bem como dos demais técnicos/as da rede pública, promovendo sua implementação também na rede privada;
- Assegurar que esteja presente na agenda de discussão e iniciativas das políticas para as mulheres a formação, o desenvolvimento profissional e a valorização social e salarial das/os trabalhadores/as da educação, categoria formada majoritariamente por mulheres;
- Implantar o tema das relações entre homens e mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos na política de formação de professoras/es e profissionais da rede pública de educação.

Propostas de políticas para o Eixo 8 do II PNPM

Cultura, comunicação e mídia, igualitárias, democráticas e não-discriminatórias

- Garantir o direito de antena e de espaço para as organizações de mulheres na grade da programação das empresas públicas de comunicação: TV, rádio e imprensa;
- Garantir celeridade ao Plano Nacional de Banda Larga em todos os bairros das cidades e no campo de todos os municípios brasileiros, para garantir acesso das mulheres à Internet, aos serviços e informações disponibilizados pela Internet;
- Assegurar a não exibição e veiculação de mensagens que desqualifiquem as mulheres nas empresas públicas de comunicação, seja na forma de imagens, músicas, textos, propagandas ou notícias;

- Criação e instalação do Conselho Nacional de Comunicação, observando as resoluções da I Conferência Nacional de Comunicação.

SAÚDE DAS MULHERES, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

As históricas condições de desigualdades e opressão a que nós mulheres estamos submetidas são determinantes sociais das formas de adoecer e morrer das mulheres e por isso exigem uma atenção especial das políticas públicas de saúde.

Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são direitos determinantes para a autonomia das mulheres, pois estão relacionados ao exercício e possibilidade de tomada de decisão livre e soberana sobre ter ou não ter filhos e quando ter filhos, decidir sobre nossa sexualidade, não fazer sexo forçado e decidir quando e com quem desejamos o sexo.

Apontamos como prioridade para o governo Dilma:

- Consolidar o SUS como sistema com gestão pública;
- Assegurar o livre exercício da autodeterminação reprodutiva pelas mulheres;
- Combater a lesbofobia, promover os direitos sexuais das mulheres e efetivar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, rompendo com o modelo de assistência materno-infantil.

Propostas de prioridades de Políticas para o Eixo 3 do II PNPM

Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

- Revisão da legislação punitiva do aborto no Brasil, assegurando que nenhuma mulher seja punida, maltratada ou humilhada por ter feito um aborto e não corra riscos de morte, garantindo o atendimento humanizado ao abortamento na rede SUS;
- Ampliar e qualificar a atenção clínico-ginecológica na rede SUS, inclusive para as portadoras da infecção pelo HIV e outras DSTs, com garantia de realização de todos os exames ginecológicos e de pré-natal, em todos os municípios do país, com resultados entregues no máximo em 15 dias e a certeza da consulta de retorno;
- Assegurar atendimento qualificado e não-discriminatório a mulheres lésbicas e bissexuais;
- Qualificar a atenção ao planejamento reprodutivo, incluindo a assistência à infertilidade, garantindo

a oferta de métodos anticoncepcionais para a população em idade reprodutiva, ampliando o acesso das mulheres às informações sobre as opções de métodos anticoncepcionais e estimulando a participação de homens e adolescentes nas ações de planejamento reprodutivo;

- Ampliação e melhoria das condições de funcionamento das maternidades em todos os municípios com equipe capacitada de profissionais, garantindo partos humanizados evitando a ocorrência de parto cirúrgico desnecessário;
- Expandir a cobertura e qualificar os serviços de atenção às mulheres em situação de abortamento e serviços de aborto legal nos hospitais regionais estaduais, com o cumprimento da Norma Técnica do Ministério da Saúde relativa à Atenção Humanizada ao Abortamento;
- Prevenir e conter a tendência de expansão das DSTs e a infecção pelo HIV/AIDS entre mulheres e ampliar e qualificar a atenção à saúde das mulheres vivendo com HIV e AIDS;
- Promover a atenção integral à saúde das mulheres negras: melhorar o registro e produção de dados; capacitar profissionais de saúde; implantar o Programa de Anemia Falciforme (PAF/MS), dando ênfase às especificidades das mulheres em idade fértil e no ciclo gravídico-puerperal;
- Valorização do serviço e da servidora pública da saúde: concurso, carreira, salário, atualização profissional, condições adequadas de trabalho e de vida, paridade na aposentadoria. Contra toda forma de precarização e a gestão privada do SUS.

ENFRENTAMENTO A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Grupo de trabalho 2 na III CNPM – Autonomia pessoal

A violência contra as mulheres é um dos instrumentos da dominação masculina no patriarcado. Ela acontece através de humilhações ou violência física e sexual, chegando ao extremo do assassinato. Para coibir a violência doméstica e familiar e garantir proteção e atenção às mulheres, conquistamos a Lei Maria da Penha, ainda não implantada mas já muito questionada pelos poderes instituídos. Contra a violência sexual, dentro e fora de casa e nas famílias, lutamos cotidianamente. Contudo, crescem os crimes sexuais contra as mulheres, em especial em contexto de pobreza, exploração e omissão do Estado. Crescem os crimes violentos marcados por ódio e misoginia como no caso do chamado "estupro corretivo" praticado por homens, individualmente ou em grupo, contra mulheres lésbicas.

Apontamos como prioridade para o governo Dilma:

- Instituir no PPA 2012-2015 a manutenção, consolidação e ampliação do Programa de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, garantindo recuperação e ampliação significativa de seu orçamento de modo, o não contigencimento dos recursos e promover a ação integrada e colaborativa entre os três níveis de governos na implementação do Programa.

Propostas de prioridades nas políticas do Eixo 4 do II PNPM

Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

- Apoiar a implantação de toda a rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência conforme a Lei Maria da Penha determina: centro de acolhimento às mulheres (CAMs), Delegacias especializadas (DEAMs), casas-abrigo e casa de abrigamento provisório (casas de passagem), núcleos de violência contra as mulheres nas defensorias públicas e promotorias, juizados especializados, além de serviços de informação nos CRAs e CREAS;
- Apoiar, assessorar e estimular a construção de redes regionalizadas nos estados (intermunicipais) para garantir a serviços de atenção às mulheres em todas as microrregiões dos estados de nosso país;
- Garantir o cumprimento das Normas Técnicas do Ministério da Mulher/SPM sobre: o funcionamento das DEAMs e dos CAMs;
- Garantir o cumprimento pelo governo da Norma Técnica do Ministério da Saúde sobre atenção à saúde das mulheres vítimas de violência, garantindo nas unidades de atenção básica e serviços especializados: a pílula da prevenção de gravidez indesejada (pílula do dia seguinte), a profilaxia contra hepatite C e outras doenças sexualmente transmissíveis e contra vírus HIV/AIDS.

AUTONOMIA POLÍTICA, INSTITUCIONALIZAÇÃO E FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Grupo de trabalho 4 da III CNPM

O Estado brasileiro tem demonstrado avanços no processo de assumir a desigualdade entre homens e mulheres como um problema público. Prova

disso é a instituição das políticas para as mulheres e a criação de um órgão público, a Secretaria de Política para Mulheres, transformando-a posteriormente em Ministério. Neste momento há rumores de que o governo federal tende para uma proposta de unificação das várias secretarias especiais em um Ministério dos Direitos Humanos. Isto é inaceitável para o movimento feminista. Seria um retrocesso em uma conquista histórica das mulheres brasileiras, assim como da população negra, no caso da SEPPIR ser incorporada a esta ideia.

O Ministério da Mulher/SPM é um instrumento que fortalece a autonomia política das mulheres, contribui para a democratização do Estado brasileiro e para a construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

Apontamos como prioridade para o governo Dilma:

- Consolidar as políticas de promoção da igualdade e direitos humanos, através do fortalecimento das secretarias especiais e do aumento de financiamento a estas políticas.

Propostas para o Eixo 5 do II PNPM

Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

- Fortalecer a luta das mulheres por paridade na política e as iniciativas governamentais, parlamentares e da sociedade civil pela reforma dos sistema político que estejam em consonância com as conclusões da Comissão Tripartite de 2010/Ministério da Mulher/SPM;
- Apoiar a auto-organização das mulheres, seus projetos sociais e atuação nas lutas sociais, promovendo a instalação de fundos nacionais de financiamento e cooperação com tais organizações.

Propostas para o Eixo11

Gestão e monitoramento do Plano

- Institucionalizar a Política Nacional para Mulheres, com suas diretrizes, princípios, objetivos e organismos, mecanismos de monitoramento e avaliação, elaborada e aprovada na I CNPM mas nunca formalizada pelo Poder Executivo;
- Garantir que as resoluções III CNPM redundem no fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres que se consolidem em diretrizes, estratégias, planos, programas, projetos, ações, normas técnicas e que estas sejam observadas pelos diferentes níveis de governos fazendo avançar a implementação da Política Nacional para as Mulheres na perspectiva da igualdade.

DOCUMENTOS DE POSIÇÃO

Carta à presidenta

Documento endereçado à presidenta eleita Dilma Rousseff, entregue ao presidente do Partido dos Trabalhadores, Eduardo Dutra, coordenador da transição do governo, em audiência em Brasília, em 14/12/2010, apresentando a posição coletiva das seguintes redes e articulações nacionais feministas acerca do processo de escolha da nova ministra e a política para mulheres a ser implementada pelo novo governo.

À Excelentíssima Presidenta eleita Senhora Dilma Rousseff

Aos cuidados da Equipe de Transição de Governo

Pela primeira vez em nossa história, elegemos uma mulher para presidir o Brasil. Tal fato político, evidencia as mudanças que a luta feminista das mulheres, ao longo de décadas, produziu na sociedade brasileira e em sua cultura política ao mesmo tempo que institui um desafio para o novo governo: de avançar na promoção da igualdade social e política com base no respeito e valorização da diversidade, da democracia, da cidadania e dos direitos humanos.

Reafirmamos a importância que a Secretaria de Políticas para as Mulheres teve nos últimos oito anos para a implementação das políticas públicas com vistas a enfrentar as desigualdades de gênero, raça e classe. Persistem, entretanto, obstáculos estruturais que requerem a reiteração do compromisso político para alcançar a cidadania plena das brasileiras.

Neste sentido, dirigimo-nos à presidenta eleita, Dilma Roussef, aos cuidados da equipe de Transição de Governo, apresentando propostas e reivindicações para a estruturação e gestão do novo governo federal.

Propomos:

1. Fortalecer a Secretaria de Políticas para as Mulheres como organismo de primeiro escalão, articulador e coordenador da política de Estado orientada ao enfrentamento das desigualdades vividas pelas mulheres, o que concretiza-se na prática com novos recursos humanos e financeiros;

2. Escolha de gestora com trajetória ética, competência técnica e política e comprometida com a agenda de direitos humanos das mulheres consubstanciados no

Plano Nacional de Política para as Mulheres, fruto de processos participativos; que reconheça os movimentos de mulheres e feministas como sujeito político de interlocução para a formulação de políticas para as mulheres; que respeite a diversidade das mulheres e a pluralidade dos movimentos sociais;

3. Avanços significativos na direção da paridade entre mulheres e homens na ocupação dos espaços de poder e decisão do novo governo federal, nos diferentes escalões da gestão pública, consideradas inclusive as dimensões racial e étnica como critério;

4. Que o planejamento governamental das políticas públicas (econômicas, sociais e de desenvolvimento) responda, de modo estrutural, ao enfrentamento das múltiplas formas de desigualdade vividas pelas mulheres e que, portanto, seja garantido espaço de participação na elaboração do PPA;

5. Que o novo ciclo de políticas públicas, com início em 2011, garanta que as metas e os indicadores estejam orientados a reconhecer, visibilizar e superar as desigualdades vividas pelas mulheres. Reivindicamos a utilização das categorias de gênero, raça, etnia, diversidade sexual, geracional, e outras, em substituição ao uso de categorias abstratas ou genéricas identificadas com conceitos estritos e conservadores que têm sido utilizadas por praticamente todas as políticas sociais, salvo raras exceções, como comunidade, pobres, família, que não permitem o reconhecimento das desigualdades vividas pelas mulheres;

6. Eliminação dos programas e ações governamentais que legitimam a divisão sexual do trabalho, entre outras estratégias que mantêm e atualizam os papéis tradicionais de subordinação e exploração das mulheres, inclusive mediante a transferência de responsabilidades da esfera do Poder Público para a esfera doméstica e comunitária; a pretensa eficiência econômica de algumas políticas que reduzem os gastos públicos vêm tendo custos muito altos para as mulheres, em especial para as que estamos nos segmentos mais empobrecidos da população;

7. A garantia do sistema público, universal, solidário, redistributivo da Seguridade Social; com a incorporação ao sistema das/os trabalhadoras/es sem cobertura previdenciária; universalização do acesso à saúde e reafirmação da assistência como direito de cidadania;

8. O fortalecimento das políticas de saúde das mulheres e a garantia dos direitos sexuais e direitos

reprodutivos, com base na laicidade, acesso e qualidade, conforme os compromissos assumidos pelo governo brasileiro;

9. Revisão da legislação restritiva e punitiva do direito ao aborto no Brasil;

10. Ações nos diversos ministérios que contribuam para a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e o enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbo/transfobia;

11. Propomos fortalecer os espaços de participação e controle social sobre as políticas públicas, como os Conselhos e Conferências de Políticas Públicas;

12. As deliberações das Conferências e Planos que delas emergem sejam reconhecidos pelo governo como pactos assumidos com a sociedade civil que, portanto, devem orientar a gestão, inclusive no nível das finanças públicas. Há que se desfazer a ideia de que os Planos são meras cartas de intenções, dotando-os de mecanismos efetivos de implementação;

13. Que se assegure caráter deliberativo aos Conselhos, de modo a fortalecer o seu caráter de controle social sobre as políticas públicas, evitando que fiquem reduzidos à função de assessoramento;

14. Que o processo preparatório e de realização da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que se inicia em 2011, seja o espaço privilegiado de discussão, negociação e efetiva pactuação democrática dessa nova construção, em estreita conexão com o processo de elaboração do Planejamento Plurianual para 2012-2015;

15. Que no debate sobre a reforma tributária a situação de pobreza das mulheres seja tratada como problema de alta relevância, ao qual a proposta a ser construída deva responder para enfrentar a enorme injustiça fiscal que ainda persiste no sistema tributário brasileiro;

16. A severa observância ao princípio laico que rege o Estado brasileiro, condição sine qua non para que as mulheres possam exercer livremente os seus direitos, assim como sua liberdade sexual e de crença;

17. Que na reforma política, cujo debate deve se iniciar em 2011, a sub-representação das mulheres nos espaços de poder seja eliminada;

18. Que o processo político de construção da proposta governamental para a reforma política inclua a abertura de canais de interlocução e negociação com o movimento de mulheres e feminista, assim como com as instâncias de mulheres em partidos políticos;

19. Insistimos na importância de se eliminar todas e quaisquer parcerias, ou outras formas colaboração, inclusive em termos econômicos do Estado brasileiro com instituições religiosas, confessionais e/ou privadas que violem os direitos das mulheres, inclusive pela negação da prestação de serviços públicos responsivos aos direitos conquistados pelas mulheres.

Brasília, 14 de dezembro de 2010.

Articulação de Mulheres Brasileiras

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras

Comitê Latinoamericano do Caribe para a Defesa do Direito da Mulher (CLADEM)

Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro

Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)

Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Contribuições ao Plano Plurianual do governo federal para o período 2012-2015

Documento de orientação da AMB elaborado para o seminário 'Diálogos sociais' reunindo conselheiros/as nacionais e entidades convidadas, seminário promovido pela Secretaria Geral da Presidência da República.

Visão de futuro

À proposta do governo federal de que o Brasil será num país conhecido por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica, acrescentamos que queremos um desenvolvimento democrático e com justiça socioambiental, e queremos o fim das desigualdades de classe, raça/etnia e gênero.

Valores

Aos valores indicados pelo governo federal para orientação do PPA, tais como: Soberania, Democracia, Justiça Social, Sustentabilidade, Diversidade Cultural e Identidade Nacional, acrescentamos que sejam observados os valores da igualdade e laicidade do Estado.

Consideramos que sobre a ideia de igualdade de direitos se apoiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer o respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda o combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e considerando as experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Quanto a laicidade, sabemos que nunca foi inteiramente implantada no Brasil, mas afirmamos que as políticas públicas de Estado devem ser formuladas e implementadas de maneira independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na Constituição Federal e em diversos instrumentos internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas. (Pressupostos, princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres)

Macrodesafios

Para o macrodesafio de construir um **Projeto Nacional de Desenvolvimento** – afirmamos que para nós este projeto deve associar avanços científico e tecnológico, mas também reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais e populares, redução das desigualdades regionais e entre o rural e o urbano, transformação produtiva predatória da economia empresarial capitalista para formas ambientalmente sustentáveis, assegurando a diversidade de formas produtivas entre elas a produção para o autoconsumo, com redistribuição social da riqueza, com reconhecimento do trabalho reprodutivo e garantia dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Além disso o projeto nacional deve estar comprometido com o fim da pobreza e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais, garantindo as condições objetivas para que as pessoas possam prover seu próprio sustento através do acesso aos bens da natureza e meios de produção.

No âmbito da **Promoção da Cidadania** é preciso assegurar políticas de igualdade de gênero e étnico-racial, respeitando a diversidade sexual, democratizando as relações sociais, garantindo direitos e promovendo a universalização do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos de saúde e educação. É preciso atenção e responsabilidade pública para com a garantia de exercício pleno dos direitos sexuais e reprodutivos pelas mulheres.

Nos programas de **Infraestrutura**, além de infraestrutura produtiva é preciso conferir prioridade estratégica da infraestrutura reprodutiva, enfrentando a divisão sexual do trabalho e a superexploração das mulheres pela dupla jornada de trabalho, garantindo investimento significativos nos programas de infraestrutura social para economia do cuidado (construção de creches, restaurantes populares, casa de repousos, hospitais-dia)

No âmbito da ação governamental na **Democracia e Participação Social** – é preciso além de fortalecer a democracia, democratizar o poder, estimular a participação da sociedade, efetivando um gestão participativa e ampliando a transparência da ação pública. É preciso construir um sistema de participação através da articulação entre conselhos, conferência, audiências públicas, ouvidorias e deste com o planejamento governamental.

No macrodesafio da **Segurança Pública** – Promover a segurança e a integridade dos cidadãos, através do combate a todas as formas de discriminação e violência, inclusive no âmbito doméstico e institucional. Aos programas é preciso incluir e ampliar o programa de **Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.**

Carta Política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo

Somos 300 cidadãos e cidadãs brasileiras integrados à Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, à Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-Agroecologia, à Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Abrasco, ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, ao Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – FBSSAN, à Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA, à Rede Alerta contra o Deserto Verde – RADV, à Marcha Mundial de Mulheres e à Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, em reunião na cidade de Salvador (BA), entre os dias 26 a 29 de setembro de 2011, durante o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo.

Nosso encontro resulta de um longo e fecundo processo de preparação motivado pela identificação e sistematização de casos emblemáticos que expressam as variadas formas de resistência das camadas populares em suas diferentes expressões socioculturais e sua capacidade de gerar propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico em nosso país. Vindos de todas as regiões do país, esses casos iluminaram nossos debates durante esses três dias e fundamentam a manifestação política que apresentamos nesta carta.

Ao alimentar esse padrão de desenvolvimento, o governo Dilma inviabiliza a justa prioridade que atribuiu ao combate à miséria em nosso país. Tendo como eixo estruturante o crescimento econômico pela via da exportação de *commodities*, esse padrão gera efeitos perversos que se alastram em cadeia sobre a nossa sociedade. No mundo rural, a expressão mais visível da implantação dessa lógica econômica é a expropriação das populações de seus meios e modos de vida, acentuando os níveis de degradação ambiental, da pobreza e da dependência desse importante

segmento da sociedade a políticas sociais compensatórias. Esse modelo que se faz presente desde o início de nossa formação histórica ganhou forte impulso nas últimas décadas com o alinhamento dos seguidos governos aos projetos expansivos do capital internacional. Materialmente, ele se ancora na expansão do agronegócio e em grandes projetos de infraestrutura implantados para favorecer a extração e o escoamento de riquezas naturais para os mercados globais.

Os casos emblemáticos que subsidiaram nossos diálogos demonstram a essência violenta desse modelo que viola o "direito de ficar", desterritorializando as populações, o que significa subtrair delas a terra de trabalho, o livre acesso aos recursos naturais, suas formas de organização econômica e suas identidades socioculturais. Os movimentos massivos de migração compulsória daí decorrentes estão na raiz de um padrão de distribuição demográfica insustentável e que cada vez mais converte as cidades em pólos de concentração da pobreza, ao passo que o mundo rural vai se desenhando como um cenário de ocupação do capital e de seu projeto de uma agricultura sem agricultoras e agricultores.

A progressiva deterioração da saúde coletiva é o indicador mais significativo das contradições de um modelo que alça o Brasil a uma das principais economias mundiais ao mesmo tempo em que depende da manutenção e seguida expansão de políticas de combate à fome e à desnutrição. Constatamos também que esse modelo se estrutura e acentua as desigualdades de gênero, de geração, de raça e etnia.

Nossas análises convergiram para a constatação de que os maiores beneficiários e principais indutores desse modelo são corporações transnacionais do grande capital agroindustrial e financeiro. Apesar de seus crescentes investimentos em marqueting social e verde, essas corporações já não conseguem ocultar suas responsabilidades na produção de uma crise de sustentabilidade planetária que atinge inclusive os países mais desenvolvidos e que se manifesta em desequilíbrios sistêmicos expressos no crescimento do desemprego estrutural, na acentuação da pobreza e da fome, nas mudanças climáticas, na crise energética e na degradação acelerada dos recursos do ambiente. As experiências mobilizadas pelas redes aqui em diálogo denunciam as raízes perversas desse modelo ao mesmo tempo em que contestam radicalmente as falsas soluções à crise planetária que vêm sendo apregoadas pelos seus agentes promotores e principais beneficiários. Ao se constituírem como expressões locais de resistência, essas experiências apontam também caminhos para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

A multiplicação dessas iniciativas de defesa de territórios, promoção da justiça ambiental e de denúncia dos conflitos socioambientais estão na

raiz do recrudescimento da violência no campo que assistimos nos últimos anos. O assassinato de nossos companheiros e companheiras nessas frentes de luta é o mais cruel e doloroso tributo que o agronegócio e outras expressões do capital impõem aos militantes do povo e ao conjunto da sociedade com suas práticas criminosas.

Nossos diálogos procuraram construir convergências em torno de temas que mobilizam as práticas de resistência e de afirmação de alternativas para a sociedade.

Os diálogos sobre **reforma agrária, direitos territoriais e justiça ambiental** responsabilizaram o Estado face ao quadro de violência com assassinatos, expulsão e deslocamentos compulsórios de populações pela ação dos grandes projetos como as hidrelétricas, expansão das monoculturas e o crescimento da mineração; a incorporação de áreas de produção de agrocombustíveis, reduzindo a produção de alimentos; a pressão sobre as populações que ocupam tradicionalmente áreas de florestas, ribeirinhas e litorâneas, como os mangues, os territórios da pesca artesanal, com a desestruturação de seus meios de vida e ameaça ao acesso à água e à soberania alimentar.

As convergências se voltaram para a reafirmação da centralidade da luta pela terra, pela reforma agrária e pela garantia dos direitos territoriais das populações. O direito a terra está indissociado da valorização das diferentes formas de viver e produzir nos territórios, reconhecendo a contribuição que povos e populações tradicionais oferecem à conservação dos ecossistemas; do reconhecimento dos recursos ambientais como bens coletivos para o presente e o futuro; e os direitos das populações do campo e da cidade a uma proteção ambiental equânime. Convergimos ainda na afirmação de que o direito a terra e os direitos à água, à soberania alimentar e à saúde estão fortemente associados.

Reconhecemos a importância da mobilização em apoio ao Movimento Xingu para sempre – em defesa da vida e do Rio Xingu, considerado como um exemplo emblemático de luta de resistência ao atual modelo de desenvolvimento. Defendemos o fortalecimento da articulação dos atingidos pela empresa Vale e as propostas que combinem a gestão ambiental com a produção agroecológica, a exemplos de experiências inovadoras dos movimentos sociais em assentamentos da reforma agrária. No debate sobre **mudanças climáticas, seus impactos, mecanismos de mercado e a agroecologia como alternativa**, recusamos que a proposta agroecológica seja apropriada como mecanismo de compensação, seja ele no invisível e inseguro mercado de carbono, seja em REDD, REDD +, REDD++ (redução das emissões por desmatamento e degradação) ou ainda dentro do pagamento de serviços ambientais. A Rio +20 engendra e consolida a chamada "economia verde", que pode significar uma apropriação, pelo capitalismo, das alternativas

construídas pela agricultura familiar e camponesa e pela economia solidária, reduzindo a crise socioambiental a um problema de mercado.

A Agroecologia não é uma simples prestadora de serviços, contratualizada com setor privado. Ela reúne nossas convergências no campo e na cidade, trabalhando com gente com fundamento. É possível financiar a Agroecologia a partir da contaminação, escravidão, racismo e acumulação cada vez maior do capital? É possível fazer um enfrentamento a partir do pagamento de serviços ambientais por contratos privados, Parcerias Público-Privadas?

Ao debater os **impactos da expansão dos monocultivos para agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e uso de energia no mundo rural**, os diálogos apontaram que a energia é estratégica como elemento de poder e autonomia dos povos, mas está diretamente ligada ao modelo (hegemônico e falido) de consumo, produção e distribuição. A produção de agrocombustíveis, baseada na monocultura, na destruição do ambiente, na violação dos direitos e injustiças sociais e ambientais, associa-se ao agronegócio e ameaça a soberania alimentar.

As políticas públicas sistematicamente desvirtuam as propostas calcadas nas experiências populares, colocando as cooperativas e iniciativas da agricultura familiar na lógica da competição de mercado e em patamar desigual em relação às corporações, tal qual ocorre nas áreas de geração de energia elétrica, segurança alimentar, ciência e tecnologia ou mesmo da economia solidaria.

Nas políticas para os agrocombustíveis, a agricultura familiar é inserida como mera fornecedora de matérias primas e o modelo de integração é dominante, mascarando o arrendamento e assalariamento do campesinato e embutindo o pacote tecnológico da revolução verde através das políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural. O diálogo do governo com os movimentos sociais se precariza pela setorização e atomização das relações, enquanto a mistura de interesses e operações entre MDA e Petrobrás acaba por legitimar o canal de negociação empresarial no marco de uma política pública.

As experiências de produção descentralizada de energia e alimentos apontam como soluções reais aquelas articuladas por organizações e movimentos sociais que integram as perspectivas da agroecologia, da soberania alimentar e energética, da economia solidária, do feminismo e da justiça social e ambiental, e são baseadas na forte identidade territorial e prévia organização das comunidades.

Estas iniciativas têm em comum a diversificação da produção e dos mercados e a prioridade no uso dos recursos, dos saberes e dos espaços de comercialização locais. Estão sob o controle dos agricultores e têm autonomia frente às empresas e ao Estado. Articulam-se a programas e políticas

públicas diversas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos –PAA, não apenas ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB. Os processos de transformação estão sob o domínio das organizações em toda a cadeia produtiva, e há diversificação da produção de alimentos e de matriz energética e co-produtos, para além e como consequência da produção de combustível. As formas de produção estão em rede e têm capacidade de se contrapor aos sistemas convencionais como premissa de sua permanência no território.

Com base nestes princípios e lições, as políticas públicas para a promoção da produção de energia e alimentos devem ter: um marco legal diferenciado para a agricultura familiar; promover a produção e uso diversificado de óleos, seus co-produtos e outras culturas, adequadas à diversidade cultural e biológica regional; atender à demanda de adequação e desenvolvimento de tecnologia e equipamentos apropriados, acompanhada de processos de formação e de redes de inovação nas universidades; além de proporcionar autonomia na distribuição e consumo local de óleos vegetais, biodiesel e álcool.

Os diálogos sobre os **agrotóxicos e transgênicos, articulando as visões da justiça ambiental, saúde ambiental e promoção da agroecologia**, responsabilizaram o Estado pelas políticas de ocultamento de seus impactos expressas nas dificuldades de acesso aos dados oficiais de consumo de agrotóxicos e de laudos técnicos sobre casos de contaminação; na liberação de Organismos Geneticamente Modificados – OGMs sem debate democrático com a sociedade e sem atender ao princípio da precaução; na frágil vigilância e fiscalização trabalhista, ambiental e sanitária; na dificuldade do acesso aos laboratórios públicos para análise de amostras de contaminação por transgênicos e por agrotóxicos no ar, água, alimentos e sangue; terminando por promover um modelo de desenvolvimento para o campo que concentra terra, riqueza e renda, com impactos diretos nas populações mais vulneráveis em termos socioambientais.

Há um chamamento para que o Estado se comprometa com a apuração das denúncias e investigação dos crimes, a exemplo do assassinato do líder comunitário José Maria da Chapada do Apodi, no Ceará; com a defesa de pesquisadores criminalizados por visibilizar os impactos dos agrotóxicos e por produzir conhecimentos compartilhados com os movimentos sociais; com políticas públicas que potencializem a transição agroecológica – facilitando o acesso ao crédito, à assistência técnica adequada e que reconheça os conhecimentos e práticas agroecológicas das comunidades camponesas.

Não há possibilidade de convivência entre o modelo do agronegócio e o modelo da agroecologia no mesmo

território, porque o desmatamento e as pulverizações de agrotóxicos geram desequilíbrios nos ecossistemas afetando diretamente as unidades agroecológicas. As políticas públicas devem estar atentas aos impactos dos agrotóxicos sobre as mulheres (abortos, leite materno etc.) pois estas estão expostas de diferentes formas, que vão desde o trabalho nas lavouras até o momento da lavagem da roupa dos que utilizam os agrotóxicos. O uso seguro dos agrotóxicos e transgênicos é um mito e um paradigma que precisa ser desconstruído.

É fundamental a convergência de nossas ações com a Campanha Nacional Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, ampliando os diálogos e convergências com os movimentos sociais do campo e da cidade, agregando novas redes que não estiveram presentes nesse Encontro de Diálogos e Convergências. Temos que denunciar esse modelo do agronegócio para o mundo e buscar superá-lo por meio de políticas públicas que possam inibir o uso de agrotóxicos e transgênicos, a exemplo da proibição da pulverização aérea, ou ainda direcionando os recursos oriundos dos impostos dos agrotóxicos, cuja produção e comercialização é vergonhosamente subsidiada pelo Estado. O fim dos subsídios contribuiria para financiar o SUS e a agroecologia.

Com relação aos **direitos dos agricultores, povos e comunidades tradicionais ao livre uso da biodiversidade**, constatamos que está em curso, nos territórios, um processo de privatização da terra e da biodiversidade manejada pela produção familiar e camponesa, povos e comunidades tradicionais. Tal privatização é aprofundada pela flexibilização do Código Florestal, que é uma grande ameaça e abre caminhos para um processo brutal de destruição ambiental e apropriação de terra e territórios pelo agronegócio.

A privatização das sementes e mudas, dos conhecimentos tradicionais e dos diversos componentes da biodiversidade vem se dando de forma acelerada, com o Estado cumprindo um papel decisivo na mediação (regulamentação e políticas públicas) dos contratos estabelecidos entre empresas e comunidades, representando sérios riscos aos direitos ao livre uso da biodiversidade.

Causa grande preocupação que as questões nacionais sobre conservação e uso da biodiversidade estejam sendo discutidas e encaminhadas sem a participação efetiva das populações diretamente atingidas, estando sujeitas a agendas internacionais como a Rio +20. Consideramos uma violação a atual forma de "consulta" sobre importantes instrumentos legais e de política concentrada em poucos atores e de questionável representatividade.

Experiências presentes neste encontro demonstram avanços e se fortalecem a partir da legitimidade de suas práticas e aproveitando as brechas existentes na legislação. Este é o caso, por exemplo, dos bancos comunitários

de sementes no semiárido; da produção de sementes agroecológicas a partir de variedades de domínio público; da autorregulação dos conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais do Cerrado; da constituição de um fundo público das quebradeiras de coco babaçu através da repartição de benefícios que reconhece o conhecimento tradicional associado.

É necessário aprofundar a organização das agricultoras e dos agricultores, extrativistas, povos e comunidades tradicionais em seus territórios, de forma a fortalecer os princípios e ações de cooperativismo e suas interlocuções com as redes regionais, estaduais e nacionais como estratégia de resistência e construção de alternativas. A geração de alternativas econômicas é crucial neste contexto. A apropriação do debate em torno dos direitos pode facilitar e fortalecer o diálogo de nossas redes e movimentos com a sociedade civil de modo geral, de modo a visibilizar a importância dos modos de vida destas comunidades para a garantia de direitos humanos, como o direito à alimentação adequada e saudável.

Nos diálogos sobre **Soberania Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e Agroecologia**, as experiências apontaram o grande acúmulo na construção de alternativas ao atual modelo agroalimentar, que garantam, de forma articulada, a soberania alimentar e nutricional, a emancipação econômica dos trabalhadores e trabalhadoras nos territórios, em especial as mulheres, a promoção da saúde pública e a preservação ambiental. Constatou-se que estas iniciativas contribuem com a construção concreta e material de propostas diferenciadas de desenvolvimento, calcadas nas realidades, cultura e autonomia dos sujeitos dos territórios e orientadas para a justiça socioambiental, a democracia econômica e o direito à alimentação adequada.

Estes acúmulos se expressam através da existência e resistência de dezenas de milhares de empreendimentos e iniciativas de Economia Solidária e Agroecologia, especialmente quando articuladas e organizadas em redes e circuitos de produção, comercialização e consumo, que aproximam produtores e consumidores e fortalecem a economia e cultura locais, num enfrentamento à desterritorialização e desigualdades de gênero, raça e etnia inerentes ao atual padrão hegemônico de produção e distribuição agroalimentar.

Constatou-se que os Programas de Alimentação Escolar – PNAE e de Aquisição de Alimentos – PAA, assim como o reconhecimento constitucional do direito à alimentação e a implantação do Sistema e Política de Segurança Alimentar e Nutricional, são conquistas importantes para a agricultura familiar e camponesa. Por outro lado, de forma paradoxal, o Estado tem apoiado fortemente o agronegócio, através da subordinação de sua ação a interesses do capital, e da falta de um horizonte e estratégia

definidos de expansão do orçamento do PAA e do PNAE.

As vivências e experiências denunciam também a grande quantidade de barreiras ao acesso das iniciativas e empreendimentos de Economia Solidária e Agroecologia a políticas públicas e ao mercado. Tais barreiras se expressam em uma legislação e inspeção sanitárias e tributárias incompatíveis às realidades das/dos produtoras/es e trabalhadoras/es associadas/os, em especial no processamento e agroindustrialização de polpas, doces e alimentos de origem animal. Estas barreiras, somadas à burocratização na aquisição da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP e a uma ofensiva de setores empresariais que têm denunciado à ANVISA empreendimentos produtivos assim que estes começam a se fortalecer, têm impedido o escoamento da produção dentro e fora do município e o acesso ao PAA e ao PNAE. O direito à organização do trabalho e da produção de forma associada só existirá com a conquista de garantias e condições legislativas, tributárias e de financiamento que sejam justas.

Os diálogos apontaram também a luta pelo consumo responsável, solidário e consciente como um campo importante de convergência entre as redes e movimentos e como um desdobramento concreto deste Encontro, através da construção conjunta de um diálogo pedagógico com a sociedade, tanto denunciando os impactos e danos dos alimentos vindos do agronegócio e contaminados com agrotóxicos, o que exige a regulação da publicidade de alimentos, quanto anunciando as alternativas disponíveis na Agroecologia e na Economia Solidária.

Em busca de novos caminhos

Os exercícios de diálogos que estamos realizando há dois anos e os excelentes resultados a que chegamos em nosso encontro reiteram a necessidade de fortalecermos nossas alianças estratégicas e renovarmos nossos métodos de ação convergente. As experiências que ancoraram nossas reflexões deixam claro que os temas que identificam as bandeiras de nossas redes e movimentos integram-se nas lutas do cotidiano que se desenvolvem nos campos e nas cidades contra os mecanismos de expropriação impostos pelo capital e em defesa dos territórios. Evidenciam, assim, a necessidade de intensificarmos e multiplicarmos as práticas de diálogos e convergências desde o âmbito local, onde as disputas territoriais materializam-se na forma de conflitos socioambientais, com impacto na saúde das populações, até níveis regionais, nacionais e internacionais, fundamentais para que as causas estruturais do atual modelo hegemônico sejam transformadas.

A natureza local e diversificada de nossas lutas vem até hoje facilitando as estratégias de sua invisibilização pelos setores hegemônicos e beneficiários do modelo. Esse fato nos indica a necessidade de atuarmos de forma articulada, incorporando formas

criativas de denúncia, promovendo a visibilidade dos conflitos e das proposições que emergem das experiências populares.

Uma das linhas estratégicas para a promoção dos diálogos e convergências é a produção e disseminação de conhecimento sobre as trajetórias históricas de disputas territoriais e suas atuais manifestações. Nesse sentido, as alianças com o mundo acadêmico devem ser reforçadas também como parte de uma estratégia de reorientação das instituições do Estado, no sentido destas reforçarem as lutas pela justiça social e ambiental. Estimulamos a elaboração e uso de mapas que expressem as diferentes dimensões das lutas territoriais pelos seus protagonistas como uma estratégia de visibilização e articulação entre nossas redes e movimentos. O Intermapas já é uma expressão material das convergências.

Outra linha estratégica fundamenta-se em nossa afirmação de que a comunicação é um direito das pessoas e dos povos. Reafirmamos a importância, a necessidade e a obrigação de nos comunicarmos para tornar visíveis nossas realidades, nossas pautas e nosso projeto de desenvolvimento para o país. A mudança do marco regulatório da mídia é condição para a democratização dos meios de comunicação. Repudiamos as posturas de criminalização e as formas de representação que a mídia hegemônica adota ao abordar os territórios, modos de vida e lutas. Contestamos a produção da invisibilidade nesses meios de comunicação. O Estado deve se comprometer a financiar nossas mídias, inclusive para que possamos ampliar projetos de formação de comunicadores e de estruturação dos nossos próprios veículos de comunicação. As mídias públicas devem ser veículos para comunicar aprendizados de nossas experiências, proposições e campanhas. Por uma comunicação livre, democrática, comunitária, igualitária, plural e que defenda a vida acima do lucro.

Nossos diálogos convergem também para a necessidade do reconhecimento das mulheres como sujeito político, a importância de sua auto-organização e a centralidade do questionamento da divisão sexual do trabalho que desvaloriza e separa trabalho das mulheres em relação ao dos homens, assim negando a contribuição econômica da atividade doméstica de cuidados e a produção para o autoconsumo. Convergimos na compreensão do sentido crítico do pensamento e ação feministas para ressignificar e ampliar o sentido do trabalho e sua centralidade para a produção do viver.

A apropriação do feminismo como ferramenta política contribuirá para recuperar e visibilizar as experiências, os conhecimentos e as práticas das mulheres na construção da agroecologia, da economia solidária, da justiça ambiental e para garantir sua autonomia econômica.

Mas a história também mostra que o permanente exercício da violência dos homens contra as mulheres é

um poderoso instrumento de dominação e controle patriarcal que fere a dignidade das mulheres e impede a conquista de sua autonomia, e as exclui dos espaços de poder e decisão. A violência contra as mulheres não é agroecológica, não é solidaria, não é sustentável, não é justa. Por isso é fundamental que as redes que estão organizando o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências assumam a erradicação da violência contra as mulheres como parte de um novo modelo de produção e consumo, que deve ter como um eixo fundamental a construção de novas relações humanas baseadas na igualdade.

O papel do Estado democrático é o de construir um país de cidadãos e cidadãs, promover e defender a organização da sociedade civil e de estabelecer com ela relações que permitam à sociedade reconhecer nas instituições a expressão do compromisso com o público e com a sustentabilidade. Esse princípio é contraditório com qualquer prática de criminalização dos movimentos e organizações que lutam por direitos civis de acesso soberano aos territórios e seus recursos.

As redes e movimentos promotores deste Encontro saem fortalecidos e têm ampliadas suas capacidades de expressão pública e ação política. Estamos apenas no início de um processo que se desdobrará em ***ambientes de diálogos e convergências*** que se organizarão a partir dos territórios, o lugar onde nossas lutas se integram na prática.

Salvador, 29 de setembro de 2011.

CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

Saúde pública em mãos privadas: para onde vai o SUS no governo Dilma?

Verônica Ferreira

O anúncio dos dois novos programas de saúde – SOS Emergências e Melhor em Casa – feito pela presidenta Dilma Roussef, estarreceu a todas/os aquelas/es que lutam pelo SUS. O governo federal lança mão da parceria com o setor privado, por meio dos grandes hospitais, para resolver os problemas de gestão e qualidade do atendimento das grandes emergências públicas. Em quase dez minutos de seu pronunciamento em rede nacional, Dilma falou com entusiasmo da parceria com o setor privado. A palavra SUS não foi pronunciada em nenhum momento.

O anúncio acontece após semanas de campanha de desqualificação e ataque ao SUS pela mídia conservadora e a menos de 20 dias da Conferência Nacional de Saúde, onde representantes da sociedade civil, movimentos sociais, trabalhadoras/es e gestoras/es, apresentarão suas propostas para a consolidação do SUS. O governo escolheu a quem responder. Capitulou frente à pressão da imprensa conservadora e privatista e retirou da disputa na Conferência uma de suas pautas mais importantes e tensas: a adoção do modelo das fundações privadas na gestão do SUS.

Nós dos movimentos de mulheres sabemos e vivemos os problemas no atendimento que roubam vidas todos os dias nas grandes emergências dos hospitais públicos. Uma situação de barbárie que precisa ser enfrentada. Para isso, defendemos em nossas mobilizações e nos espaços de participação (Conselhos e Conferências) o investimento pesado de recursos nos hospitais públicos, a contratação de mais profissionais com condições de trabalho e possibilidades de realizar uma carreira pública plena no SUS, a ampliação de unidades de alta complexidade, a qualificação no atendimento.

Isto é possível e pode ser feito pelo Estado, com investimento e gestão pública, pelos sujeitos que vêm construindo, há duas décadas, um dos maiores sistemas públicos e universais de saúde do mundo. O SUS é a prova de que isto é possível. Para isso, há que se optar por qual modelo de Estado e porque projeto para a saúde construir.

Para consolidar o SUS, evidentemente, é preciso recursos. E recursos não caem do céu, como disse a presidenta em seus discurso. Isto já estava claro no processo constituinte

que teve como uma de suas principais conquistas a definição de um orçamento próprio para a seguridade social, estabelecendo uma diversidade de fontes de financiamento. Os fundos públicos são disputados pelos interesses econômicos, razão pela qual a Constituição estabeleceu e protegeu o orçamento para os direitos sociais. O orçamento da seguridade, tal como estabelecido na Constituição, nunca se realizou. Por exemplo, a partir da taxação das grandes fortunas, do capital financeiro.

O que ocorre hoje é o contrário. Os recursos da seguridade são levados para o céu do capital financeiro, para o pagamento infindo de juros da dívida que não se paga nunca, para sustentar a política econômica de superávit primário, para assegurar a credibilidade do país frente aos credores e investidores, digo, aos especuladores, do capitalismo financeiro internacional que hoje dominam o mundo e subordinam estados nacionais a seus interesses.

O orçamento da seguridade social tem sido drenado, desde 1994, por meio da Desvinculação de Receitas da União – DRU, para o pagamento de juros da dívida pública e sustentar a credibilidade internacional do país junto ao grande capital financeiro. Os 45 bilhões de que o SUS precisa para garantir melhor qualidade, conforme o próprio Ministério da Saúde já estipulou, são desfalcados anualmente para pagar os impagáveis juros da dívida. Em 2012, o desfalque será de 62 milhões! Enquanto Dilma fazia seu pronunciamento, o Congresso Nacional aprovava a prorrogação da DRU até 2015, sob pressão do governo.

Para pressionar pela aprovação da DRU, o governo lança mão em seu discurso do enfrentamento à pobreza. A pobreza tem sido acionada em muitos momentos para legitimar as ações do governo, mesmo aquelas que claramente favorecem a concentração de riqueza. Como o volume de recursos retirado dos direitos sociais para o capital financeiro é um escândalo, o governo sustenta que os recursos irão também para a construção de moradias, para o PAC e para o Programa Brasil sem Miséria. Ocorre que, para garantir os recursos do Brasil sem Miséria, não precisamos de DRU. Basta deixar as receitas onde elas já estão: no orçamento da seguridade social, que inclui os recursos para a política de assistência.

Não queremos gestão privada do SUS. Não aceitamos a prorrogação da DRU. Seguimos acreditando que um sistema de saúde público, universal, de qualidade, é possível. Que precisamos seguir realizando a revolução na saúde que o SUS representa, ainda inacabada. E que, para isso, é melhor fazê-lo em casa, com recursos públicos, sob a gestão pública e a partir da experiência enorme e revolucionária que a implementação do SUS nas duas últimas décadas construiu.

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM

Entre as diretrizes e a realidade das mulheres brasileiras

Conceição de Maria Amorim

A construção de políticas públicas dirigidas à saúde da mulher no Brasil são recentes e fazem parte das profundas mudanças societárias das últimas três décadas, através das lutas do movimento feminista, aliadas às lutas dos profissionais da saúde do movimento sanitarista, comprometidas com a filosofia de saúde enquanto direito e preocupadas em garantir à mulher assistência integral, enfatizando a preocupação com seu corpo e mente de forma integral.

Este debate tem início em 1983 e resultou na implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM que tinha como principal perspectiva a superação da abordagem materno-infantil, retrógrada e conservadora, nas ações de saúde da mulher.

O PAISM funcionou como Programa de Atenção à Saúde da Mulher, desde sua implantação, até 2004, quando, em 28 de maio de 2004, o ministro da Saúde, Humberto Costa, lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM – Princípios e Diretrizes, construída a partir da proposição do SUS, respeitando as características da nova política de saúde. (MS 2008).

> A Política de Atenção à Saúde da Mulher deverá atingir as mulheres em todos os ciclos de vida, resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais (mulheres negras, indígenas, residentes em áreas urbanas e rurais, residentes em locais de difícil acesso, em situação de risco, presidiárias, de orientação homossexual, com deficiência, dentre outras). As políticas de saúde da mulher deverão ser compreendidas em sua dimensão mais ampla, objetivando a criação e ampliação das condições necessárias ao exercício dos direitos da mulher, seja no âmbito do SUS, seja na atuação em parceria do setor saúde com outros setores governamentais, com destaque para a segurança, a justiça, trabalho, previdência social e educação. (BRASIL, 2004)[1].

1 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção integral á Saúde da Mulher: Princípios e diretrizes**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

A integralidade da política pressupõe ações construídas a partir da concepção de intersetorialidade, comunhão de saberes e fazeres coletivos, que perpassem o espaço físico do atendimento, em que se veja a usuária como um todo e se garanta uma atuação permanente na prevenção e promoção da saúde, considerando as especificidades e as relações de gênero na sociedade patriarcal, capitalista comprometida com as políticas do neoliberalismo.

No presente verifica-se que as políticas públicas resultam de uma permanente luta de classes e que, apesar de se conseguirem avanços e conquistas sociais, nem sempre se garante, na prática, a eficácia do seu conteúdo teórico. A implantação do PAISM e da PNAISM aparenta ter sido bastante diferenciada em todo o país, refletindo os distintos graus de compreensão e compromisso político dos governantes com a questão da mulher e a disparidade nas estratégias adotadas na organização do sistema de saúde.

Observamos que, a partir de uma proposta norteada por diretrizes e princípios, não se conseguiu, em 26 anos, efetivar a integralidade e equidade, nem mesmo fazer estas diretrizes conhecidas pelos profissionais de saúde que atuam na Política de Atenção Integral a Saúde da Mulher , muito menos, as usuárias.

As investigações constatam, claramente, a falta de correspondência entre os direitos assegurados nos discursos oficiais e a realidade concreta a que se referem. Observa-se, na realidade dos serviços públicos, que a garantia do direito à saúde está muito distante do que se tem no papel.

- Falta trabalhar a interdisciplinaridade, estimulando a discussão coletiva acerca das ações desenvolvidas e por toda a equipe;
- Falta capacitação da prática interdisciplinar;
- Falta capacitação da equipe na perspectiva de gênero;
- Falta conhecimento e preparação da equipe para o atendimento à mulher vítima de violência doméstica e sexual;
- Falta articulação entre os outros Programas da Saúde, inclusive o PSF. O atendimento médico está voltado, unicamente, para "doença" da usuária.

Se faz imprescindível a melhoria gerencial dos serviços e a qualificação permanente dos profissionais de saúde, a fim de que possam prestar uma assistência integral e humana, evitando a excessiva utilização de tecnologias médicas, utilizando recursos de "escuta" de "acolhimento", contribuindo, efetivamente, para a transformação do atual modelo de assistência.

Mulheres e poder: ampliar a participação para garantir direitos

Carmen Silva

O poder e a relação entre espaço público e privado são, há muito tempo, uma questão central para o feminismo. Daí a importância de refletirmos criticamente sobre o exercício de participação política das mulheres no espaço público, para formularmos propostas para a sociedade e o Estado no sentido da promoção de condições de igualdade entre os sexos.

Para o feminismo a presença de mulheres nos espaços de poder é um indicador de mudanças no quadro de desigualdade entre os sexos no âmbito da política, mas para produzir transformação social é fundamental que estas mulheres articulem-se a partir de um ideário capaz de impulsionar a luta pelas condições de igualdade na sociedade, o que inclui o combate à opressão e exploração das mulheres, isto é, o enfrentamento do patriarcado, do racismo e do capitalismo.

Apesar da normatização jurídica, no âmbito internacional e no Brasil, afirmarem a igualdade entre os sexos, não há medidas suficientes por parte dos governos para gerar as condições que possibilitem esta igualdade. A pressão social para que isso aconteça vinda dos movimentos sociais organizados também é reduzida, à exceção do próprio movimento de mulheres.

Para nós, do movimento de mulheres, é fundamental garantir a participação social ampliando as condições de participação das mulheres. As mulheres têm forte expressão nos movimentos populares que reivindicam políticas sociais e cresce a participação em torno dos processos econômicos e das decisões sobre finanças públicas. Todavia, a situação de desigualdade entre os sexos inviabiliza que esta participação se dê em igualdade de condições.

Todas nós sabemos que, além da vida pública, assumimos a ampla maioria dos encargos da vida privada com o trabalho doméstico, e os encargos com o cuidado a pessoas da família, além do que, quando mulheres assumem lugares de poder são vistas como "seres fora do lugar", tratadas como inadequadas à tomadas de graves decisões sobre os rumos da República.

É desta República, para que possa dizer-se democrática, que exigimos ações afirmativas capazes de potencializar a participação política feminina. A I CNPM estabeleceu como diretriz da Política Nacional para as Mulheres "promover o equilíbrio de poder

entre homens e mulheres em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais".

Com a II CNPM a questão da democratização do poder firmou-se como um eixo do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o que gerou, por parte da SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres, a campanha "Mais Mulheres no Poder" realizada nos anos eleitorais. Na avaliação corrente, contudo, esta diretriz não se efetivou a contento, e e nem é assumida como um política do governo como um todo, razão pela qual formulamos algumas propostas para aprofundar a democracia. São propostas defendidas por várias organizações dos Movimentos de Mulheres e muitas delas assumidas também pela Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.

No âmbito da democracia direta propomos a regulamentação do plebiscito e referendo de forma que eles tenham que ocorrer a partir da sociedade, semelhante aos projetos de lei de iniciativa popular que são propostos a partir de lista de assinaturas.

Exigimos também que os movimentos sociais não sejam criminalizados, mas ao contrário, sejam reconhecidos como expressões da sociedade que constroem a democracia a partir da participação popular e da ação direta. Não basta ter instâncias de governo voltadas para Políticas para as Mulheres, é fundamental que sejam reconhecidos os espaços autônomos de participação próprios do movimento de mulheres como formuladores e responsáveis pelo controle social sobra as políticas públicas sociais e econômicas.

No que diz respeito aos processos eleitorais, sabemos que para ampliar a participação das mulheres é necessário que seja adotado no Brasil o sistema de "voto em lista fechada com alternância de sexo" para apresentação das candidaturas ao legislativo, com a garantia de igualdade de recursos financeiros e de tempo de propaganda eleitoral.

Esta proposta, todavia, para se viabilizar, precisa ser associada à fidelidade partidária, a limitação do número de mandatos, além do financiamento público exclusivo de campanha. Estas medidas podem favorecer o crescimento da presença das mulheres nas estruturas do poder e, com elas, podemos seguir avançando na construção da paridade entre os sexos, desde que a nova legislação construa instrumentos de punição para os partidos que não cumprirem estas regras.

No âmbito da reforma do sistema político também está em debate se teremos voto proporcional, distrital ou misto. Como assinala um documento da AMB "é consenso entre as feministas e muitos setores do campo de esquerda que voto distrital é um grande risco para a democracia e um verdadeiro obstáculo ao acesso das mulheres ao poder. Sendo um voto vinculado aos poderes locais, o regime de voto distrital

tende a perpetuar as oligarquias e chefes políticos nos espaços de poder que já ocupam, como demonstram muitas experiências no mundo".

Neste debate, o movimento de mulheres precisa ter muita firmeza pois vai enfrentar argumentos falaciosos que afirmam que voto distrital favorece uma maior aproximação entre os eleitos e os eleitores, quando sabemos que ele, na verdade, favorece o controle sobre regiões e o voto personalizado, ameaçando todas as articulações que relacionam o local ao global e defendem direitos universais e o respeito à diversidade.

Estas propostas que estamos debatendo no processo da Conferência de Política para Mulheres fazem parte de um debate mais amplo, envolvendo várias organizações, que há dois anos vem construindo a Plataforma dos Movimentos Sociais por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa.

Esta Plataforma já foi apresentada ao Congresso Nacional e, naquele âmbito, foi criado uma frente parlamentar, com participação da sociedade, para atuar nas casas legislativas. Entretanto, a proposta que está em discussão no Congresso restringe a reforma do sistema político à reforma eleitoral, para a qual já existe, inclusive, um relatório pronto para ir à plenário. Para os movimentos é bom que este relatório seja apresentado em plenário, para que não haja o retrocesso no debate com a criação de nova comissão parlamentar, mas também porque ele pode criar a possibilidade de debate público que favoreça a apresentação de nossas posições para a sociedade e para o próprio Congresso.

Afirmar o movimento de mulheres, e dentro dele o feminismo, como sujeito político, nesta conjuntura, é também enfrentar o desafio de exigir do Estado e da sociedade a geração de condições de igualdade entre os sexos que possibilitem a presença das mulheres na esfera pública e a conquista de direitos.

Como diz texto da agenda política da AMB, "pensar a participação das mulheres apenas considerando os espaços de poder tal qual existem hoje restringe o alcance da mudança que desejamos. As mulheres, sempre que estiveram nas lutas sociais, e há mulheres nas lutas sociais de todos os tempos e lugares, nem sempre foram visíveis politicamente. Muitas vezes lutaram e superaram interdições à sua participação. Sabe-se por isso que para ampliar e fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder é necessário a democratização dos mecanismos de representação tanto quanto o aprofundamento da participação popular no Estado. Queremos o espaço de poder transformado!"

Lutas feministas antipatriarcais, antirracistas e anticapitalistas

A luta feminista da AMB

Para a AMB o racismo é o sistema de poder que cria, justifica e legitima a dominação e opressão das pessoas brancas sobre as negras e que, para se manter, renova-se continuamente, ordenando todas as dimensões da vida em sociedade e se expandindo por todo o corpo social – econômico, político, jurídico, cultural e religioso.

O patriarcalismo é o sistema de dominação dos homens sobre as mulheres em todos os âmbitos da vida, instituindo normas, valores e bases materiais da dominação e exploração das mulheres. A divisão sexual do trabalho, o uso da violência como instrumento de dominação, o controle do corpo e da sexualidade feminina, a heteronormatividade e os obstáculos à participação política das mulheres são alguns dos seus instrumentos.

O capitalismo é o sistema que se organiza através da exploração da força de trabalho e da apropriação, por uma minoria, das riquezas produzidas pelo trabalho da maioria. Uma das principais características do capitalismo é seu caráter expansionista marcado pela apropriação privada dos bens naturais para exploração, geração de lucro, negação e dizimação das diversidades culturais. O Estado brasileiro é um espaço contraditório, mas tende a favorecer a acumulação e concentração de riquezas e apenas compensar os efeitos negativos que ela produz. Muitas políticas e projetos governamentais se voltam para isso, é o caso dos benefícios fiscais para empreendimentos empresariais; projetos de desenvolvimento que causam danos sociais e ambientais; e a arrecadação de impostos que favorece aos ricos.

Lutas antirracistas

O debate chamou a atenção para a importância de se divulgar a história do povo negro, porque muitas pessoas negras ainda não conseguem se ver como tal. As mulheres negras, por sua vez, são guardiãs de valores civilizatórios, embora ainda careçam do devido reconhecimento. Do nosso ponto de vista, a democracia só acontecerá se incluir na sua pauta a luta contra o racismo, compreendendo que as mulheres negras não são "público para atividades", e sim sujeitos políticos, e precisam ser tratadas como iguais.

A luta contra o racismo é uma pauta que vem ganhando força dentro da AMB, fruto de uma

disposição política e da ação das mulheres negras no interior do movimento, sendo necessário enfrentá-lo na sua articulação com o capitalismo e com o patriarcalismo.

Esse debate, necessariamente, passa pelas políticas públicas, por isso é importante incidir nos processos de PPA – Plano plurianual, pois a igualdade depende muito do investimento nas políticas públicas. Além disso, foi discutida a necessidade de se realizar o debate sobre a história do feminismo, sem datá-lo a partir dos anos 70 (30 anos), pois isso ajuda a ver o feminismo só a partir das mulheres brancas de classe média. O feminismo na América Latina é de muito antes, e as lutas das mulheres negras é dos 500 anos do Brasil. Também foi ressaltada a importância desse debate para as mulheres indígenas. As lutas a serem assumidas, são: a defesa da liberdade e do direito ao culto e da crença religiosa; garantia dos territórios quilombolas; cotas para a população negra; implementação da Lei 10.639/03; republicação da lei que criminaliza o racismo; luta contra o crack, que dizima os núcleos familiares das mulheres negras; por uma educação não sexista e antirracista; pela implementação das políticas públicas de saúde, com ênfase nas doenças que acometem a população negra; valorização do trabalho doméstico; aprofundamento da luta pela reforma da previdência; entre outras.

Para viabilizar essas lutas é preciso dar visibilidade às desvantagens que as mulheres negras sofrem (número de mulheres assassinadas; as que não têm acesso às políticas etc); fortalecer as organizações de mulheres negras; realizar ações públicas, como por exemplo, ação de constrangimento nos shoppings ("dar vexame") para repudiar as violências sofridas pela população negra naqueles espaços; enfrentar o debate do racismo institucional e denunciá-lo, principalmente nas relações de trabalho no mercado privado. Precisamos criar espaços, no âmbito da AMB, para as militantes fortalecerem sua identidade racial, discutindo a experiência do racismo; buscando formação para resistir ao racismo individualmente e para saber lidar coletivamente com esse problema; desenvolver estratégias pedagógicas sobre como abordar a questão da negritude na política de formação; discutir o poder no âmbito organizacional, para saber onde estão as mulheres negras e qual a estratégia de ampliação deste poder nas organizações e movimentos; aprofundar o diálogo com as organizações de mulheres negras; favorecer encontros entre mulheres indígenas e negras etc. Muitos desafios foram apontados tendo como ponto de partida enxergar como o racismo gera desigualdade, injustiça e pobreza, e articular a batalha contra o racismo dentro das frentes de luta da AMB, para inserir a questão nas políticas públicas, com ênfase para o acompanhamento.

Números anteriores

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas
I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Recife, 2004

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas
Os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos
Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Recife, 2004

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas
XIII Conferência Nacional de Saúde
Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Recife, 2007

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas
II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Recife, 2007

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas
Desafios para a ação do movimento na implementação das políticas
Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Brasília, 2009

Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas
III Conferência de Políticas para as Mulheres – Propostas e questões para o debate
Registro e sistematização dos debates: Silvia Camurça (SOS Corpo)
Redação: Silvia Camurça
Edição: Silvia Camurça , Analba Brazão, Cristina Lima, Paula Andrade, Joluzia Batista
Revisão: Daniela Lima
Projeto gráfico: Marta Braga
Diagramação: Ars Ventura Imagem & Comunicação
Tiragem: 5 mil exemplares
Apoio: ONU Mulheres

Sobre a AMB

A AMB é uma articulação política não partidária, que potencializa a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos nacional e internacional. A AMB tem sua ação orientada para a transformação social e a construção de uma sociedade democrática, tendo como referência a Plataforma Política Feminista (construída pelo movimento de mulheres do Brasil, em 2002). No presente contexto, a AMB se orienta por cinco prioridades: a mobilização pelo direito ao aborto legal e seguro, a ação pelo fim da violência contra as mulheres, o enfrentamento da política neoliberal, a organização do movimento e a luta contra o racismo.

Compõem a AMB:
Articulação de Mulheres do Acre
Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas
Articulação de Mulheres do Amapá
Articulação de Mulheres do Amazonas
Fórum de Mulheres de Salvador
Fórum Cearense de Mulheres
Fórum de Mulheres do Distrito Federal
Fórum de Mulheres do Espírito Santo
Fórum Goiano de Mulheres
Fórum Estadual de Mulheres Maranhenses
Articulação de Mulheres Brasileiras - RJ
Fórum de Mulheres de Mato Grosso
Articulação de Mulheres do Mato Grosso do Sul
Fórum de Mulheres da Grande Belo Horizonte
Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense
Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba
Fórum de Mulheres da Paraíba
Fórum de Mulheres do Paraná
Fórum de Mulheres de Pernambuco
Fórum Estadual de Mulheres do Rio Grande do Norte
Fórum Municipal da Mulher de Porto Alegre
Articulação de Mulheres de Rondônia
Núcleo de Mulheres de Roraima
Fórum de Mulheres de Santa Catarina
Articulação de Mulheres de São Paulo
Fórum de Mulheres de Sergipe
Articulação de Mulheres Tocantinenses
Fórum de Mulheres Piauienses

Na América Latina, a AMB integra a Articulação Feminista Marcosur e o Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental.

Esta publicação impressa só foi possível devido ao apoio do Projeto Mais Direitos e Mais Poder, financiado pelo Fundo de Igualdade de Gênero, e executado pelas seguintes organizações: Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; Coletivo Leila Diniz; Cunhã Coletivo Feminista; Geledés Instituto da Mulher Negra; Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano e o Instituto Patrícia Galvão – IPG.

ONU MULHERES

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade
de Gênero e o Empoderamento das Mulheres